



NÚMERO DO PROCESSO
63149.000389/2026-76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL

DATA:15/07/2026

ORIGEM:

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

INTERESSADO

DIVISÃO DE HIDROCEANOGRAPHIA

ASSUNTO:

Aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa

OBSERVAÇÕES:

Dispensa Eletrônica nº 14/2026 do CHN-4.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO		DATA			DESTINO		DATA		
01					12				
02					13				
03					14				
04					15				
05					16				
06					17				
07					18				
08					19				
09					20				
10					21				
11					22				



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o nº **63149.000389/2026-76** para aquisição de nobreak online de dupla conversão - 3kVa. Este processo trata da Dispensa Eletrônica nº **14/2026** do CHN-4.

Belém, PA, na data assinada.

Documento assinado digitalmente
gov.br VINICIUS BATISTA DA SILVA
Data: 15/07/2026 14:31:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

Dispensa Eletrônica – Quando Utilizar

Previsto no Art.75, incisos I e II da Lei 14.133/2021.

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; [\(Vide Decreto nº 12.807, de 2025\) Vigência](#)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 12.807, de 2025\) Vigência](#)

OMAp: CHN-4

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Deptº): Divisão de Hidroceanografia

Responsável pela Demanda: 1T VINICIUS BATISTA da Silva

Telefone: (91) 3216-4562

1. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico da OM.

A presente aquisição é para garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividades hidrográficas e a conformidade com as normas de Segurança da Navegação e Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Esta administração lida diariamente com levantamentos hidrográficos, dados batimétricos sensíveis e informações de cartografia náutica que, se interrompidos por falhas elétricas, expõem o órgão a riscos críticos de queima de equipamentos científicos de alto valor e perda de dados em missões em andamento.

A Administração não pode prescindir deste material, pois o fornecimento de energia sem proteção ou com sistemas comuns (com tempo de transferência) permite a queima de componentes sensíveis e a corrupção de arquivos, ferindo a continuidade do serviço. O padrão Online Dupla Conversão de 3kVA (com tempo de transferência rigorosamente nulo e saída estabilizada em 127V) é uma solução técnica que assegura a operação ininterrupta, fornecendo energia senoidal pura e constante ao ecobatímetro, tornando a paralisação do sensor por falha elétrica humanamente impossível. A ausência do equipamento sujeita a instituição a prejuízos financeiros com manutenção corretiva e desperdício de recursos logísticos em comissões hidrográficas abortadas.

A contratação pretendida enquadra-se no inciso II do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

2. Quantidade de material a ser adquirido

Aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa

3. Descrição detalhada do item a ser adquirido.

As especificações técnicas de um **nobreak online de Dupla Conversão - 3kVa** devem ser detalhadas de forma a garantir a aquisição de um equipamento de alto desempenho, capaz de atender às demandas de sigilo e durabilidade da Administração.

Equipamento de fornecimento ininterrupto de energia elétrica (UPS / Nobreak), com potência nominal de 3.000 VA (3 kVA) e potência ativa de 2.700 Watts a 3.000 Watts (fator de potência de saída mínimo de 0.9, idealmente 1.00). O equipamento deverá possuir arquitetura de Alta Frequência, com tecnologia Online de Dupla Conversão, garantindo o isolamento total da carga contra distúrbios da rede concessionária e tempo de transferência estritamente NULO (0 ms) em caso de falha de energia.

1. Características de Controle e Arquitetura Interna

- a) Processamento Digital: Controle totalmente microprocessado por meio de tecnologia de Processamento Digital de Sinais (DSP).
- b) Semicondutores: Utilização de transistores bipolares de porta isolada (IGBTs) tanto no estágio do Inversor quanto no Retificador.
- c) Partida a Frio: Capacidade de inicialização/ativação do equipamento de forma autônoma a partir das baterias, mesmo na ausência completa de rede elétrica da concessionária.
- d) Expansibilidade (Plug-and-Play): Sistema integrado preparado para acoplamento de módulos externos de bateria (Play-n-Plug), permitindo a expansão modular da autonomia original de forma rápida e segura.
- e) Gerenciamento de Baterias: Sistema de Recarga de Baterias Gerenciável Inteligente, destinado a prolongar a vida útil acumulada dos acumuladores e otimizar o tempo de recarga.
- f) By-pass: Sistema de Chave Estática de Transferência Automática por By-pass incorporada, para desvio seguro do circuito em casos de anomalias internas ou sobrecargas extremas.
- g) Compatibilidade Energética: Total compatibilidade de operação integrado a Grupos Moto-Geradores (GMG), sem oscilação na saída ou rejeição de frequência.

2. Características Elétricas de Entrada

- a) Tensão Nominal de Entrada: 110 / 115 / 120 / 127 Vac (bivolt automática ou selecionável compatível com rede monofásica/bifásica).
- b) Faixa de Tensão de Entrada (Regulação): Admitir variações na faixa de 60 a 145 Vac (operando a 60% de carga) ou de 90 a 145 Vac (operando a 100% de carga) sem o acionamento ou desgaste das baterias.
- c) Frequência de Entrada: 60 Hz com faixa de tolerância admissível de 56 a 64 Hz ($\pm 8\%$).
- d) Fator de Potência de Entrada: Correção ativa do fator de potência de entrada com índice $\geq 0,99$ em voltagem nominal.
- e) Conexão Física de Entrada: Conectividade via Bornes ou cabo de no mínimo 1,5 metros com plugue padrão ABNT NBR 14136 compatível com a capacidade elétrica do equipamento para tensões de 120Vac/127Vac.

3. Características Elétricas de Saída

- a) Tensão Nominal de Saída: 110 / 115 / 120 / 127 Vac (monofásico ou bivolt selecionável ajustado para operação final em 127V).
- b) Regulação de Tensão: Estabilidade dinâmica extremamente fina de $\pm 1\%$ (ou de 1 em 1 Volt).
- c) Frequência de Saída: 60 Hz estável com precisão mínima de $\pm 0,01\%$ (ou faixa de 56 a 64 Hz sincronizada com a entrada em modo rede).
- d) Fator de Crista: Capacidade de suporte a correntes de pico com fator de crista de 3:1.
- e) Forma de Onda: Senoidal pura com Distorção Harmônica Total (THD) máxima de 1% para 100% de carga linear aplicada (máximo de 3% sob condições de carga não-linear).

- f) Eficiência Energética: Rendimento global de até 98% quando operando no modo de alta eficiência.
 - g) Tempo de Resposta: Rigorosamente NULO (0 ms).
 - h) Conexões Físicas de Saída: Distribuição de energia composta por Bornes adicionados de, no mínimo, 8 (oito) tomadas fêmeas no padrão nacional ABNT NBR 14136 (de 10A ou 20A).
4. Banco de Baterias e Autonomia
- a) Tecnologia das Baterias: Baterias seladas, livres de manutenção, reguladas por válvula (VRLA), de chumbo-ácido.
 - b) Configuração Interna Mínima: Banco interno composto por 6 (seis) baterias de 12V com capacidade de 9Ah cada, associadas em série.
 - c) Tempo de Recarga: Sistema de recarga rápida integrado capaz de recuperar 90% da capacidade total do banco de baterias em até 4 horas.
 - d) Autonomia: Autonomia interna mínima de 5 minutos sob regime de carga total de catálogo, permitindo tempo hábil para o desligamento seguro dos servidores ou transição para o gerador da OM.
5. Proteções Integradas
- a) Capacidade de Sobrecarga: Suporte a regimes de sobrecarga de 110% a 130% por até 10 minutos, ou de 125% a 150% por até 30 segundos antes da transferência segura para o circuito de By-pass.
 - b) Cenários de Proteção Ativa: Proteção eletrônica integral contra: sub/sobretensão na entrada e saída, sobrecarga persistente, curto-circuito franco na saída, sobretemperatura interna, supressão de ruídos eletromagnéticos e picos de tensão, supressor de transientes na entrada, desligamento preventivo do inversor sob condição de bateria criticamente baixa com retorno automático ao restabelecer a rede elétrica concessionária.
6. Comunicação, Telemetria e Monitoramento
- a) Interfaces Físicas: Disponibilidade nativa de portas de comunicação nos padrões RS232 / DB9 / RS485 / RJ-45 e suporte USB.
 - b) Gerenciamento Remoto: Slot integrado ou interface nativa para instalação de placa de gerenciamento de rede SNMP via Web Browser e SNMP Manager, compatível com sistemas operacionais Windows (incluindo versões de servidor), Unix e Linux.
 - c) Memória de Eventos: Sistema capaz de registrar cronologicamente e armazenar em memória interna até 1.500 eventos ocorridos na rede elétrica para fins de auditoria e diagnóstico local.
 - b) Confiabilidade (MTBF): Tempo Médio Entre Falhas nominal comprovado de, no mínimo, 150.000 horas.
7. Interface de Sinalização, Alarme e Características Mecânicas
- a) Painel Frontal: Display em cristal líquido (LCD) para exibição em tempo real de parâmetros de operação (tensões de entrada/saída, frequência, nível de carga conectada, nível de bateria) e menus para realização de teste automático e programável das baterias.
 - b) Alarmes Audiovisuais: Sinalizações dedicadas para status de bateria em descarga, bateria em nível criticamente baixo, sobrecarga na saída, falha na rede concessionária, fim de autonomia e operação em modo By-pass.
 - c) Construção do Gabinete: Gabinete metálico monobloco estruturado em chapa de aço com tratamento de superfície anticorrosivo por imersão à base de zinco e acabamento final em pintura eletrostática a pó.
 - d) Ergonomia e Mobilidade: Projeto mecânico de fácil acesso para manutenções

preventivas e substituição de baterias, equipado com rodízios para facilidade de transporte e posicionamento físico.

e) Peso de Operação Máximo: Peso bruto do equipamento completo (incluindo o banco interno de baterias) de no máximo 40 kg (ou até 45 kg caso o modelo exija transformador isolador acoplado).

f) Meio Ambiente:

- Nível de ruído acústico máximo de 50 dBA medido a 1 metro de distância do equipamento operando com ventilação forçada.

- Temperatura de operação: 0 a 45° C.

- Grau de proteção mínimo: IP-20.

- Umidade relativa suportada: 0% a 95% sem condensação.

8. Modelo de Referência: Nobreak ATA Titan PRO 3kVa 110V/110V ou equivalente.

4. As despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira e correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, no valor estimado de R\$ 5.650,00, por meio da seguinte classificação orçamentária:

4.1. Ação Interna P.4HN.ZZ.0.Z.2.KX;

4.2. Fonte de Recursos (FR) 1063000000;

4.3. Natureza de Despesa (ND) 4905230;

4.4. Unidade Orçamentária (UO) 52931; e

4.5. Programa de Trabalho (PT) 236855.

5. Estimativa da Despesa

O custo estimado da contratação é de R\$ 5.650,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

	SIM	NÃO
6.1. O valor da contratação está abaixo de R\$ 50.000,00/100.000,00?	X	
6.2. Em 12 meses este item será comprado novamente?		X
6.3. Se a resposta ao item anterior for positiva, essa nova contratação ultrapassará o valor de R\$ 50.000,00/100.000,00?	-	-

7. Parecer Jurídico

Conforme previsto no Art. 2º, da instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021:

“Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.”

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS BATISTA DA SILVA
Data: 15/07/2026 14:31:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

Tomando como base os requisitos e pressupostos apresentados, AUTORIZO a contratação por meio da Dispensa Eletrônica e indico o(s) seguinte(s) militar(es) para compor a Equipe de Planejamento da Contratação:

1-1ºT **VINICIUS BATISTA DA SILVA**

2- 3ºSG-ET LUÃ PEDREIRA **BACELAR**

3- 3ºSG-HN **RODRIGO JOSÉ FELIX CAVANCANTI DE ALMEIDA**

Belém, PA, na data da assinatura

ANSELMO VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
95714776

Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15
15:20:12 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63149.000389/2026-76
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Descrição/ Especificação	CATMAT	UF	QTD	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	COTAÇÃO 4	COTAÇÃO 5	Valor médio unitário	Menor valor unitário
1	Nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa	368384	UN	1	R\$ 5.650,00	R\$ 6.150,00	R\$ 6.695,90	R\$ 7.408,10	R\$ 8.685,00	R\$ 6.917,80	R\$ 5.650,00
TOTAL:											R\$ 5.650,00



Documento assinado digitalmente
VINICIUS BATISTA DA SILVA
Data: 15/07/2026 14:31:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Belém, PA, na data da assinatura.

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

ANSELMO VINICIUS
DE
SOUZA:05495714776

Assinado de forma digital
por ANSELMO VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.16 16:35:22
-03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas

Ao
Centro de Hidrografia e Navegação do Norte

COTAÇÃO DE PREÇOS

Denominação da LICITANTE: ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP	
Endereço completo: Rua Carmem Molon Zaccaro, 398, Bairro Maracanã, Praia Grande, SP	
CEP: 11.705-530	CNPJ nº 13.531.571/0001-02
Inscrição Estadual: 558.500.135.119	
Fone: 13 3356 6474	Fax: 13 3356 6474
e-mail: adilson@itectecnologia.com.br ou adm@itectecnologia.com.br	

OBJETO: Cotação de Preços para aquisição de Nobreaks 3kva

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	NOBREAK 3KVA MARCA: ATA SISTEMAS MODELO: TITAN 3kva No-Break, Tensão Entrada: 110v/Monofásica Fn V, Tensão Saída: 110 V, Tipo Estabilizador Interno: Bypass Automático E Manual, Frequência: +/- 10% 60 HZ, Tipo Onda: Senoidal Pura , Bateria: Internas, Fator Potência: >0,98 , Variação Entrada: +/- 20% PER, Eficiência: 92% PER, Variação Frequência Entrada: 60hz +/- 10% Sem Rede HZ, Fator De Crista: 3: 1 , Capacidade Nominal: 3KVA, Entrada e Saída 110v	01	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
Valor Total por extenso R\$ 5.650,00 (Cinco mil, seiscentos e cinquenta reais)				

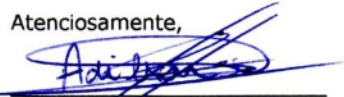
CONDIÇÕES.

- **Prazo de entrega:** 30 (trinta) dias.
- **Prazo de Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias corridos.
- **Garantia do Equipamento:** 12 (doze) meses.
- **Frete:** CIF
- **Pagamento** – em até 30 (trinta) dias.
- **Declaramos**, que estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços e encargos sociais.
- **Declaramos**, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Banco do Brasil Ag. 2815-0 C/C 33.142-2

ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ 13.531.571/0001-02

Atenciosamente,


Adilson de Souza Caetano
Sócio-Diretor
RG. 40.163.637-9
CPF. 343.402.358-57

13 531 571/0001-02

**ITEC INFORMÁTICA E
TECNOLOGIA LTDA**



COTAÇÃO COMERCIAL

1. Razão Social da Empresa: VLP Indústria Eletrônica Ltda
2. CNPJ No: 12.215.178/0001-39
3. Inscrição Estadual: 029/0525136
4. Inscrição Municipal: 113215
5. Endereço: Rua Quinze de novembro, 923 Bairro Santa Catarina, Caxias do Sul – RS
6. Telefone: (54) 32243800

COMANDO DA MARINHA
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGACAO DO NORTE (CHN-4)
CNPJ - 00.394.502/0149-51

Item	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
1	Nobreak on-line dupla conversão 100% senoidal Tensão de Entrada: 120v Tipo conexão entrada: Cabo Tensão de Saída: 120v Tipo conexão de saída: 6 tomadas Variação de entrada: +45 -25% Variação de saída: +- 1% Fator de Potência: 0.8 Frequência: 60Hz Sistema Microcontrolado Função: TRUE-RMS Transformador: Isolador On-line dupla conversão, sem tempo de transferência Sensor: Sub/Sobre tensão, Sobrecarga, Temperatura, curto-circuito, Bateria baixa Correção do fator de potência Display de Cristal líquido Compatível com grupo gerador Baterias seladas 8 x 7 AH Conector para expansão de baterias USB Garantia: 12 meses Marca: VLP Modelo: VSI 3000va TI	1	R\$ 6.150,00	R\$ 6.150,00

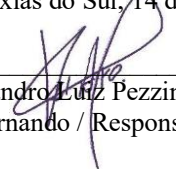
Prazo de fabricação: 7 dias (mais entrega)

Forma de Pagamento: depósito

Frete- CIF

Validade da proposta: 10 dias.

Caxias do Sul, 14 de julho de 2026


Vandro Luiz Pezzin /Representante Legal
Fernando / Responsável pela proposta

VLP IND. ELETRÔNICA LTDA
CNPJ: 12.215.178/0001-39
Rua Quinze de Novembro, 923
Bairro Santa Catarina - CEP: 95032-430
Caxias do Sul - RS



VLP Indústria Eletrônica Ltda
Rua Quinze de Novembro, 923 – Bairro Santa Catarina
Caxias do Sul - RS CEP: 95032-430
Fone: (54) 3224-3800 comercial@vlp.com.br
CNPJ: 12.215.178/0001-39 IE 029/0525136



Proposta Comercial Nº 3243

Para
COMANDO DA MARINHA
Aos cuidados de: Vinicius Batista

Endereço do Cliente
00.394.502/0149-51
Rodovia Augusto Montenegro, Parque Verde
Belém - 66635-110, PA

Vendedor(a): Fabiano Sales

Itens de produto ou serviço

Nº	Item	SKU	Qtd	Un	Preço un	Total
1	Nobreak Online Rack/Torre Monovolt DNB 3.0 kVA RT 120V Intelbras	32789	1,00	UN	6.695,90	6.695,90
Número de itens: 1 Soma das quantidades: 1,00						Total dos itens 6.695,90

Outros itens ou serviços

Modelo: DNB 3.0 kVA RT 120V Garantia: 12 meses	
Total outros itens	0,00

Data	Total dos itens	Frete	Total da proposta
14/07/2026	6.695,90	183,23	6.879,13

Condições comerciais

Condições de pagamento abaixo; O pagamento pode ser feito em até 8x sem juros no cartão de crédito . À vista com 5% de desconto (PIX, Boleto antecipado ou Depósito)
--

Condições gerais

Descrição do prazo de entrega	13 dias úteis
Forma de envio	Braspress
Validade da proposta	10 dias

Atenciosamente, Fabiano.
Departamento de vendas



COTAÇÃO DE PRODUTOS - Nº 59090

DADOS DA EMPRESA - SOLICITANTE				
NOME FANTASIA			CNPJ	
COMANDO DA MARINHA			00.394.502/0149-51	
E-MAIL			TELEFONE	
0000000000@gmail.com			(00) 0000-0000	
PRODUTOS				
Quant.	Modelo	Preço Unitário a prazo em reais	Preço total do item	Informações técnicas
1	Nobreak Sms Senoidal 3000va/3000w Biv/115v 27851 Atrium SKU: 30956	7.408,10	7.408,10	
SUBTOTAL				7.408,10
Braspress: entrega em média 8 dias úteis após a postagem				267,70
Jamef: entrega em média 14 dias úteis após a postagem				751,17
TOTAL (com o frete Braspress: entrega em média 8 dias úteis após a postagem)				7.675,80
FORMAS DE PAGAMENTO				
Boleto á vista (c/ 5% de desconto) R\$ 7.305,40				
Pagamento via PIX (c/ 8% de desconto) R\$ 7.083,15				
Parcelamento via cartão de crédito em x6 R\$ 7.675,80 ou em até 6x de R\$ 1.279,30				
Atendente: Tatiane Gerez				

Cotação valida até: 14/07/2026

NÃO FECHÉ COM OUTRA EMPRESA ANTES DE NOS CONSULTAR.

Valores podem sofrer alterações, pela taxaço do dólar no dia da compra. Estoque sujeito a alteração

O boleto será emitido em nome da financeira que é diferente do nome em que irá na sua Nota Fiscal

O boleto faturado com pagamento 28 dias, passa por uma análise de crédito com prazo de retorno em até 72h

<http://www.hdstore.com.br>

contato@hdstore.com.br

(11) 2391-4997



Vinícius Batista <batistavinicius22@gmail.com>

Orçamento Bz Tech nº 101928

1 mensagem

Bz Tech Automação Comercial <contato@bztech.com.br>

14 de julho de 2026 às 15:58

Para: batistavinicius22@gmail.com



Olá Vinicius,Conforme solicitado segue orçamento nº **101928** abaixo.

Valores dos produtos para:

- Empresa ISENTA.
- Estado Destino Pará.
- Prazo médio de entrega de 8 a 15 dias úteis.
- Produtos **em estoque** (Consulte Estado de Origem para Cálculo do DIFAL).

Observações:

- Condição comercial a ser aprovada mediante análise de crédito.
- Pedidos para Pessoa Jurídica a ENTREGA só poderá ser realizada no endereço conforme consta no cadastro da Receita Federal / Sintegra
- Os boletos datam a partir da emissão da Nota Fiscal.
- O valor do FRETE será diluído nos produtos e a Nota Fiscal sairá com FRETE CIF.
- Política de Troca ou Devolução de até 7 (sete) dias após o recebimento. Obs: Licenças de softwares eletrônicas e físicas MICROSOFT e ZEBRA não são passíveis de troca ou devolução após recebimento ou violação do lacre.
- O Estoque pode sofrer alterações durante o processo de compra. Caso o produto comprado esgote no estoque o pedido ficará aguardando novas peças para faturamento.
- A Bz Tech reserva-se no direito de corrigir eventuais erros de digitação deste orçamento, sem qualquer ônus e/ou garantias de venda.
- Os produtos serão faturados por um dos distribuidores parceiros. Caso seja necessário por favor responda esse email solicitando o CNPJ correto de faturamento.
- ESTA COTAÇÃO NÃO É UMA GARANTIA DE VENDA POIS HÁ FLUTUAÇÃO DE ESTOQUE.

Orçamento nº: 101928

Validade da proposta: 2 dias ou enquanto durar o estoque.

Produtos

Produto	Valor	Qty	Sub-Total
 Nobreak SMS Senoidal Atrium 3000VA Saída 110V (Entrada Bivolt) (PN: 27851) Em estoque NCM: 85044040 IPI Incluso: 10.00% *Garantia: 1 ano	R\$ 8.540,00	1	R\$ 8.540,00
FRETE: PA - Capital: R\$ 145,00			
Observação: O valor do FRETE será diluído nos produtos e a Nota Fiscal sairá com FRETE CIF.			
TOTAL: R\$ 8.685,00			

Prazo de 7 (sete) dias para troca ou devolução (conforme [política de troca](#)).
Após este prazo garantia **Modalidade Balcão** diretamente com o fabricante.

Formas de Pagamento

Boleto Bancário Sem Juros:

- 3x de R\$ 2.895,00 no Boleto Bancário - 30/60/90 Dias

Gostaria de APROVAR este orçamento?

Por favor responda com os dados abaixo:

- Razão Social:
- CNPJ:
- Nome Completo:
- Telefone:
- Endereço:
- Bairro:
- Cidade:
- Estado:
- CEP:
- Finalidade (USO ou REVENDA):
- Empresa é Contribuinte ICMS (SIM ou NÃO):

Ficamos aguardando seu contato.

Qualquer dúvida estamos a disposição.

Atenciosamente,
Equipe Bz Tech

www.bztech.com.br

WhatsApp: (41) 9 9233-7949

Curitiba: (41) 4063-8482

São Paulo: (11) 4063-7935

Rio de Janeiro: (21) 4063-7366

Belo Horizonte: (31) 4063-7488

Porto Alegre: (51) 4063-8791

Recife: (81) 4062-8076

Florianópolis: (48) 4052-8227

Brasília: (61) 4063-9379

Fortaleza: (85) 4042-0854

Salvador: (71) 4062-8561

Vitória: (27) 4062-9244

Campo Grande: (67) 4063-9504

contato@bztech.com.br

www.bztech.com.br | Bz Tech Automação Comercial



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

I - Introdução

A iniciativa visa preencher lacunas críticas na proteção energética de equipamentos de sondagem, especificamente na proteção de instalações e sistemas tecnológicos de alta precisão, em conformidade com as diretrizes de salvaguarda e tratamento de informações hidrográficas e de cartografia náutica. O equipamento assegura o fornecimento contínuo e estabilizado de energia elétrica ao ecobatímetro multifeixe, mitigando riscos de queima de sensores científicos de alto valor, interrupção de missões operacionais e perda de dados de levantamentos em andamento. A implementação deste recurso é estratégica para fortalecer a integridade institucional, garantindo que o ciclo de coleta de dados hidrográficos e o apoio à segurança da navegação sejam executados com o máximo rigor técnico e operacional exigido pelos protocolos de segurança naval.

II - Descrição da Necessidade

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a necessidade e a viabilidade da aquisição de um nobreak online de dupla conversão - 3kVa visando garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividades hidrográficas.

III - Estimativa de Quantidades

Uma (01) unidade.

IV - Estimativa do Valor de Contratação

O custo máximo estimado da contratação é de R\$5.650,00.

V - Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Por se tratar de objeto de uso direto na proteção elétrica e viabilização da operação de sensor científico de alta precisão (ecobatímetro multifeixe), não há parcelamento da solução.

VI - Viabilidade da Contratação

Belém, PA, na data de assinatura

Assinatura dos membros da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **LUA PEDREIRA BACELAR**
Data: 15/07/2026 14:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUÃ PEDREIRA BACELAR
3ºSG-ET

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO JOSE FELIX CAVALCANTI DE ALMEIDA**
Data: 15/07/2026 14:43:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO JOSÉ FELIX CAVANCANTI DE ALMEIDA
3ºSG-HN

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS BATISTA DA SILVA**
Data: 15/07/2026 15:07:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA

Primeiro-Tenente

Ajudante da Divisão de Hidroceanografia



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

DIVISÃO DE HIDROCEANOGRAPHIA

ATO DE APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APROVO:

O presente Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o inciso I do art. 72, da Lei 14.133/2021, cuja finalidade é subsidiar os participantes da dispensa de todas as informações necessárias, para eventual aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa.

Belém, PA, na data da assinatura.

ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:054
95714776

Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15
15:25:23 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

DIVISÃO DE HIDROCEANOGRAPHIA

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

AUTORIZO a abertura da Dispensa Eletrônica nº 14/2026, referente à eventual aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão – 3kVa. A presente aquisição é para garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividades hidrográficas, de acordo com o preconizado no inciso VIII do art. 72, da Lei 14.133/2021.

Belém-PA, na data da assinatura.

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA:05495714776
95714776

Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15
15:25:45 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

ATO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO:

O presente Termo de Referência, de acordo com o inciso I do art. 72, da Lei 14.133/2021, cuja finalidade é subsidiar os participantes da dispensa de todas as informações necessárias, para aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão – 3kVa, para garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividade hidrográficas.

Belém, PA, na data da assinatura.

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA:054
95714776

Assinado de forma digital por ANSELMO VINICIUS DE SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15 15:37:13 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

DIVISÃO DE HIDROCEANOGRAPHIA

**DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARA FINS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

O Ordenador de Despesas do Centro de Hidrografia e Navegação do Norte, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art.16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

RESOLVE:

Declarar que a despesa decorrente da aquisição, através de dispensa de licitação, de um nobreak Online de Dupla Conversão – 3kVa, necessário para garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividade hidrográficas., **encontra-se adequada** com os recursos consignados no Orçamento para o exercício financeiro, PA2026, apresentando-se compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Belém, PA, na data da assinatura.

ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495
714776

Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15
15:39:00 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Participo a intenção deste Centro de adquirir de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa por meio de Dispensa Eletrônica haja em vista a necessidade pontual do objeto.

Tendo em vista que não há no presente momento ata em vigência deste item nesse Centro de Intendência da Marinha em Belém (CEIMBE) e sendo a medida essencial para fortalecer a segurança orgânica, garantindo o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividade hidrográficas.

A realização do processo pela modalidade de Dispensa Eletrônica de Licitação está de acordo com o inciso II, Art.75 da Lei 14.133/2021, sendo observado todo o rito necessário para escolha do melhor fornecedor de acordo com o critério de menor preço, auferido mediante confiabilidade do fornecedor.

Belém, PA, na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS BATISTA DA SILVA
Data: 15/07/2026 14:31:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia
CPF: 373.589.928-57



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

DISPENSA ELETRÔNICA - Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63149.000389/2026-76
REGIME JURÍDICO: LEI Nº 14.133/2021

MAPA DE RISCOS

(Atendimento ao Art. 26 da IN SEGES/MP nº 5/2017)

1. OBJETIVOS

- 1.1. Assegurar que o equipamento adquirido atenda rigorosamente à tecnologia Online de Dupla Conversão com tempo de transferência nulo, garantindo o funcionamento contínuo do ecobatímetro multifeixe e mitigando riscos de danos a sensores científicos de alto valor e perda de dados hidrográficos críticos.
- 1.2. Alinhar o processo de contratação aos ditames da Lei nº 14.133/2021, garantindo que todas as etapas de planejamento e seleção do fornecedor sigam os princípios da legalidade e impessoalidade.
- 1.3. Identificar antecipadamente falhas que possam levar à paralisação do equipamento (como falta de assistência técnica ou má qualidade do motor), garantindo a continuidade das atividades de segurança de materiais.
- 1.4. Evitar prejuízos financeiros decorrentes da aquisição de produtos de baixa durabilidade, propostas inexecutáveis que geram atrasos ou compras que não atendem à finalidade pública.
- 1.5. Estabelecer responsabilidades claras para cada ação preventiva, facilitando a fiscalização pelos órgãos de controle e pela própria administração durante a execução da dispensa eletrônica.
- 1.6. Reduzir a probabilidade de impugnações, abandonos de contrato por parte dos fornecedores ou seleções de empresas sem a devida qualificação técnica.

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO 01 - Entrega de equipamento com topologia ou tensão inadequadas (ex: nobreak interativo ou com saída 220V em vez de 127V).			
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto
ORD.	DANO		
1	Queima imediata dos circuitos eletrônicos sensíveis do ecobatímetro multifeixe		

	(caso a tensão de saída seja incompatível) ou interrupção do sistema e perda de dados de levantamento hidrográfico em andamento devido ao tempo de transferência (caso a topologia não seja online dupla conversão).		
ORD.	Ação Preventiva	Responsável	
1	Exigência expressa de envio do catálogo técnico detalhado e do manual do fabricante no ato do julgamento da proposta para conferência da topologia (Online Dupla Conversão) e da tensão nominal (127V).	Equipe de Planejamento da Contratação	
ORD.	Ação de Contingência	Responsável	
1	Recusa imediata do equipamento no ato do recebimento provisório, abertura de processo administrativo para aplicação de sanções ao fornecedor e convocação do próximo licitante classificado na disputa.	Equipe de Planejamento da Contratação	
RISCO 02 - Licitante oferta valor excessivamente baixo na disputa eletrônica e não consegue honrar o fornecimento.			
Probabilidade:	() Baixa () Média (x) Alta	Impacto:	() Baixo (x) Médio (.) Alto
ORD.	DANO		
1	Fracasso do processo licitatório, gerando retrabalho administrativo e atraso no cronograma das comissões de levantamento hidrográfico planejadas.		
ORD.	Ação Preventiva	Responsável	
1	Diligência imediata após a fase de lances para confirmar marca/modelo proposto, verificação se o valor do lance cobre o custo do nobreak de 3kVA no mercado e exigência de declaração de exequibilidade de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação	
ORD.	Ação de Contingência	Responsável	
1	Desclassificação motivada da proposta inexequível ou recusa em aceitar a proposta sem comprovação, passando imediatamente à negociação e convocação do próximo classificado na lista de lances.	Equipe de Planejamento da Contratação	
RISCO 03 - Conexões físicas e tomadas insuficientes ou incompatíveis com o ecobatímetro e computadores de apoio.			
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto
ORD.	DANO		
1	Impossibilidade de conexão e energização simultânea de todos os periféricos necessários para o funcionamento do ecobatímetro multifeixe, exigindo o uso de adaptadores ou extensões não recomendadas que geram risco de curto-circuito.		

ORD.	Ação Preventiva	Responsável
1	Inclusão de exigência técnica clara no Termo de Referência especificando o painel de saída composto necessariamente por bornes e no mínimo 8 tomadas fêmeas padrão ABNT NBR 14136 de 10A/20A.	Área Requisitante
ORD.	Ação de Contingência	Responsável
1	Notificação do fornecedor para substituição do equipamento por modelo que atenda rigorosamente ao layout de conexões exigido no TR, sob pena de rescisão de contrato e aplicação de multa.	Área Requisitante
RISCO 04 - Baterias com capacidade inferior à exigida, resultando em autonomia real insuficiente sob carga.		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto
ORD.	DANO	
1	Desligamento do ecobatímetro no meio de um levantamento hidrográfico antes do tempo necessário para finalização segura dos softwares de coleta, gerando perda de dados importantes e custos logísticos adicionais.	
ORD.	Ação Preventiva	Responsável
1	Exigência, no termo de referência, de que o banco de baterias seja composto internamente por no mínimo 6 baterias seladas VRLA de 12V/9Ah, conferindo essa especificação no catálogo oficial antes da adjudicação.	Equipe de Planejamento da Contratação
ORD.	Ação de Contingência	Responsável
1	Realização de testes de carga e descarga (autonomia) durante o recebimento provisório; em caso de falha de desempenho das baterias, o lote será rejeitado até a devida adequação pelo fornecedor.	Área Requisitante

Belém-PA, na data da assinatura.

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

Documento assinado digitalmente
 **LUA PEDREIRA BACELAR**
Data: 15/07/2026 14:57:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUÃ PEDREIRA BACELAR
3ºSG-ET

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO JOSE FELIX CAVALCANTI DE ALMEIDA**
Data: 15/07/2026 14:44:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO JOSÉ FELIX CAVANCANTI DE ALMEIDA
3ºSG-HN

VINICIUS BATISTA DA SILVA

Primeiro-Tenente

Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

APROVO:

O presente Mapa de Riscos, cuja finalidade é identificar os principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

Belém, PA, na data da assinatura.

ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
14776

Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.16
16:36:43 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

(Processo Administrativo nº 63149.000389/2026-76)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da homologação da dispensa eletrônica, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa. 1. Características de Controle e Arquitetura Interna a) Processamento Digital: Controle totalmente microprocessado por meio de tecnologia de Processamento Digital de Sinais (DSP). b) Semicondutores: Utilização de transistores bipolares de porta isolada (IGBTs) tanto no estágio do Inversor quanto no Retificador. c) Partida a Frio: Capacidade de inicialização/ativação do equipamento de forma	368384	UN	1	R\$5.650,00	R\$5.650,00

	autônoma a partir das baterias, mesmo na ausência completa de rede elétrica da concessionária. d) Expansibilidade (Plug-and-Play): Sistema integrado preparado para acoplamento de módulos externos de bateria (Play-n-Plug), permitindo a expansão modular da autonomia original de forma rápida e segura. e) Gerenciamento de Baterias: Sistema de Recarga de Baterias Gerenciável Inteligente, destinado a prolongar a vida útil acumulada dos acumuladores e otimizar o tempo de recarga. f) By-pass: Sistema de Chave Estática de Transferência Automática por By-pass incorporada, para desvio seguro do circuito em casos de anomalias internas ou sobrecargas extremas. g) Compatibilidade Energética: Total compatibilidade de operação integrado a Grupos Moto-Geradores (GMG), sem oscilação na saída ou rejeição de frequência. 2. Características Elétricas de Entrada a) Tensão Nominal de Entrada: 110 / 115 / 120 / 127 Vac (bivolt automática ou selecionável compatível com rede monofásica/bifásica). b) Faixa de Tensão de Entrada (Regulação): Admitir variações na faixa de 60 a 145 Vac (operando a 60% de carga) ou de 90 a 145 Vac (operando a 100% de carga) sem o acionamento ou desgaste das baterias. c) Frequência de Entrada: 60 Hz com faixa de tolerância admissível de 56 a 64 Hz ($\pm 8\%$). d) Fator de Potência de Entrada: Correção					
--	---	--	--	--	--	--

	ativa do fator de potência de entrada com índice $\geq 0,99$ em voltagem nominal. e) Conexão Física de Entrada: Conectividade via Bornes ou cabo de no mínimo 1,5 metros com plugue padrão ABNT NBR 14136 compatível com a capacidade elétrica do equipamento para tensões de 120Vac/127Vac. 3. Características Elétricas de Saída a) Tensão Nominal de Saída: 110 / 115 / 120 / 127 Vac (monofásico ou bivolt selecionável ajustado para operação final em 127V). b) Regulação de Tensão: Estabilidade dinâmica extremamente fina de $\pm 1\%$ (ou de 1 em 1 Volt). c) Frequência de Saída: 60 Hz estável com precisão mínima de $\pm 0,01\%$ (ou faixa de 56 a 64 Hz sincronizada com a entrada em modo rede). d) Fator de Crista: Capacidade de suporte a correntes de pico com fator de crista de 3:1. e) Forma de Onda: Senoidal pura com Distorção Harmônica Total (THD) máxima de 1% para 100% de carga linear aplicada (máximo de 3% sob condições de carga não-linear). f) Eficiência Energética: Rendimento global de até 98% quando operando no modo de alta eficiência. g) Tempo de Resposta: Rigorosamente NULO (0 ms). h) Conexões Físicas de Saída: Distribuição de energia composta por Bornes adicionados de, no mínimo, 8 (oito) tomadas fêmeas no padrão nacional ABNT NBR 14136 (de 10A ou					
--	--	--	--	--	--	--

	20A). 4. Banco de Baterias e Autonomia a) Tecnologia das Baterias: Baterias seladas, livres de manutenção, reguladas por válvula (VRLA), de chumbo-ácido. b) Configuração Interna Mínima: Banco interno composto por 6 (seis) baterias de 12V com capacidade de 9Ah cada, associadas em série. c) Tempo de Recarga: Sistema de recarga rápida integrado capaz de recuperar 90% da capacidade total do banco de baterias em até 4 horas. d) Autonomia: Autonomia interna mínima de 5 minutos sob regime de carga total de catálogo, permitindo tempo hábil para o desligamento seguro dos servidores ou transição para o gerador da OM. 5. Proteções Integradas a) Capacidade de Sobrecarga: Suporte a regimes de sobrecarga de 110% a 130% por até 10 minutos, ou de 125% a 150% por até 30 segundos antes da transferência segura para o circuito de By-pass. b) Cenários de Proteção Ativa: Proteção eletrônica integral contra: sub/sobretensão na entrada e saída, sobrecarga persistente, curto-circuito franco na saída, sobretemperatura interna, supressão de ruídos eletromagnéticos e picos de tensão, supressor de transientes na entrada, desligamento preventivo do inversor sob condição de bateria criticamente baixa com retorno automático ao restabelecer a rede					
--	---	--	--	--	--	--

elétrica concessionária. 6. Comunicação, Telemetria e Monitoramento a) Interfaces Físicas: Disponibilidade nativa de portas de comunicação nos padrões RS232 / DB9 / RS485 / RJ-45 e suporte USB. b) Gerenciamento Remoto: Slot integrado ou interface nativa para instalação de placa de gerenciamento de rede SNMP via Web Browser e SNMP Manager, compatível com sistemas operacionais Windows (incluindo versões de servidor), Unix e Linux. c) Memória de Eventos: Sistema capaz de registrar cronologicamente e armazenar em memória interna até 1.500 eventos ocorridos na rede elétrica para fins de auditoria e diagnóstico local. b) Confiabilidade (MTBF): Tempo Médio Entre Falhas nominal comprovado de, no mínimo, 150.000 horas. 7. Interface de Sinalização, Alarme e Características Mecânicas a) Painel Frontal: Display em cristal líquido (LCD) para exibição em tempo real de parâmetros de operação (tensões de entrada/saída, frequência, nível de carga conectada, nível de bateria) e menus para realização de teste automático e programável das baterias. b) Alarmes Audiovisuais: Sinalizações dedicadas para status de bateria em descarga, bateria em nível criticamente baixo, sobrecarga na saída, falha na rede concessionária, fim de autonomia e operação em modo By-pass.					
--	--	--	--	--	--

	c) Construção do Gabinete: Gabinete metálico monobloco estruturado em chapa de aço com tratamento de superfície anticorrosivo por imersão à base de zinco e acabamento final em pintura eletrostática a pó. d) Ergonomia e Mobilidade: Projeto mecânico de fácil acesso para manutenções preventivas e substituição de baterias, equipado com rodízios para facilidade de transporte e posicionamento físico. e) Peso de Operação Máximo: Peso bruto do equipamento completo (incluindo o banco interno de baterias) de no máximo 40 kg (ou até 45 kg caso o modelo exija transformador isolador acoplado). f) Meio Ambiente: - Nível de ruído acústico máximo de 50 dBA medido a 1 metro de distância do equipamento operando com ventilação forçada. - Temperatura de operação: 0 a 45° C. - Grau de proteção mínimo: IP-20. - Umidade relativa suportada: 0% a 95% sem condensação. 8. Modelo de Referência: Nobreak ATA Titan PRO 3kVa 110V/110V ou equivalente.					
--	--	--	--	--	--	--

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudos Técnicos Preliminares e Documento de Formalização da Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) desta Organização Militar.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A presente aquisição é para garantir o funcionamento do ecobatímetro multifeixe do CHN-4, em apoio às atividades hidrográficas e a conformidade com as normas de Segurança da Navegação e Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Esta administração lida diariamente com levantamentos hidrográficos, dados batimétricos sensíveis e informações de cartografia náutica que, se interrompidos por falhas elétricas, expõem o órgão a riscos críticos de queima de equipamentos científicos de alto valor e perda de dados em missões em andamento.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

4.1.2 Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Não será exigida marcas ou modelos.

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 30 dias corridos, contados após a solicitação pela contratante por meio de Nota de Empenho;

Local e horário para entrega do material

5.2 O material será entregue no seguinte endereço: Rodovia Arthur Bernardes, S/Nº – Val-de-Cães, Belém, PA, CEP: 66115-000. Ao lado da Escola “Almirante Renato Gillobel”.

5.3 O material será entregue no seguinte horário: em dias úteis de 08 às 16 horas.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)).

5.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16 Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c Der causa à inexecução total do contrato;
- d Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimo percentual) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 O prazo de validade;

8.12.2 A data da emissão;

8.12.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 O valor a pagar; e

8.12.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº3, DE 26 ABRIL DE 2018).

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por estas regidas.

Reajuste

8.30 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.31 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37 O reajuste será realizado por apostilamento.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$5.650,00 (cinco mil, seiscientos e cinquenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I Gestão/unidade: 784510 CHN-4;
- II Fonte de recursos: 1063000000;
- III Programa de trabalho: 236855;
- IV Natureza de Despesa (ND) 44905230 ; e
- V Ação Interna P.4HN.RX.0.Z.2.KX.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Belém, PA, na data da assinatura.

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

13 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.3.1 Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

15 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 São obrigações do Contratante:

15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

15.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

15.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

15.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

16.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

16.1.7.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.1.7.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.1.7.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.1.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.1.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

16.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

16.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

16.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

16.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

16.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

17.3 Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

17.3.1 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2 Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

17.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3 Indenizações e multas.

17.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.7 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18 DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19 ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20 FORO

20.1 Fica definido o Foro da Justiça Federal em no Pará, Seção Judiciária de Belém para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Dispensa Eletrônica nº _____/20____, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Belém, PA, na data da assinatura.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

21 RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamenta-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS BATISTA DA SILVA**
Data: 15/07/2026 14:31:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA:05495714776
95714776
Assinado de forma digital por ANSELMO VINICIUS DE SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15 15:39:29 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas

Aviso de Contratação Direta
014/2026

CONTRATANTE (UASG)

784510 – CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE

OBJETO

Nobreak online de Dupla Conversão - 3kVa

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.650,00

DATA DA SESSÃO

Conforme divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	4
2. REGISTRO DE PREÇOS	5
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	5
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	6
5. FASE DE LANCES.....	8
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. HABILITAÇÃO.....	10
8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	12
9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
10. CONTRATAÇÃO.....	13
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

CENTRO DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DO NORTE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 14/2026

(Processo Administrativo n.º 63149.000389/2026-76)

Torna-se público que o(a) o Centro de Hidrografia e Navegação do Norte, por meio da Divisão de Intendência, realizará Dispensa Eletrônica, para registro de preços, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: Conforme divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link:

Critério de Julgamento: menor preço.

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra, por dispensa de licitação, de um nobreak Online de Dupla Conversão - 3kVa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2 Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3 Fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

1.a Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.b Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.c Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.d Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.e Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

1.f Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no [art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

2.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

3.3Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.10 O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4 FASE DE LANCES

4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01 (um centavo).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1SICAF;

5.4.2Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.8.1 Contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.12 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.15 Havendo necessidade, a sessão será suspensão, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos
- 6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 dias sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.4Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 CONTRATAÇÃO

7.1Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez), contados a partir da data de sua convocação, aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.a Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.b Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

1.c Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.d Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

8.10A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11As peculiaridades do caso concreto;

8.12As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.16A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

8.17 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1ANEXO I – Termo de Referência;

9.12.1.1APÊNDICE I ANEXO I – Documento de Formalização da Demanda.

9.12.1.2APÊNDICE II ANEXO I – Nota Técnica;

9.12.1.3APÊNDICE III ANEXO I – Mapa comparativo de Preços;

9.12.1.4APÊNDICE IV ANEXO I – Declaração Orçamentária.

Belém, PA, na data da assinatura.

10 RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto n 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS BATISTA DA SILVA
Data: 15/07/2026 14:35:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS BATISTA DA SILVA
Primeiro-Tenente
Ajudante da Divisão de Hidroceanografia

ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:0549
5714776
Assinado de forma
digital por ANSELMO
VINICIUS DE
SOUZA:05495714776
Dados: 2026.07.15
15:42:12 -03'00'

ANSELMO VINICIUS DE SOUZA
Capitão de Fragata
Ordenador de Despesas